

Decisão do Painel for dispute CAC-ADREU-008494

Case number CAC-ADREU-008494

Time of filing 2023-06-19 15:31:41

Domain names fuelbank.eu

Case administrator

Organization Iveta Špiclová (Czech Arbitration Court) (Case admin)

Complainant

Organization Mr. Rodney Senior (Fuelbank Inc. (dba Cardsafe))

Respondent

Name Andrei Dobrescu

PREENCHA AS INFORMAÇÕES SOBRE OUTROS PROCEDIMENTOS JURÍDICOS PENDENTES OU CONCLUÍDOS EM RELAÇÃO AO NOME DE DOMÍNIO DISPUTADO DOS QUAIS O PAINEL TENHA CONHECIMENTO

O Painel Administrativo desconhece existir qualquer outro procedimento jurídico, pendente ou concluído, referente ao Nome de Domínio <fuelbank.eu> (o "Nome de Domínio").

FACTOS DO CASO

Antecedentes de fato e de direito

O Nome de Domínio <fuelbank.eu> foi registrado em 29 de janeiro de 2022. Atualmente, o site de rede eletrônica associado ao Nome de Domínio encontra-se hospedado na plataforma de comércio de nomes de domínio Sedo.com.

A Requerente solicita que o Nome de Domínio lhe seja transferido, de acordo com os parágrafos B1 (b)(11) e B11 (b) das Regras de Procedimento Alternativo de Resolução de Litígios Relativos a Nomes de Domínio .eu (as "Regras PARL").

Em atenção à OP4 (definida abaixo), a Requerente informou o seu endereço corporativo em território europeu, e apresentou cópia de correspondência estabelecida entre a Requerente e a representante da EURid, segundo a qual o endereço indicado satisfaria o requisito de elegibilidade do Regulamento (UE) n. 2019/517.

Por conseguinte, o Painel Administrativo considera que a Requerente reúne qualificação para postular a titularidade de registro de um nome de domínio <.eu>, nos termos do artigo n. 3 do Regulamento (UE) n. 2019/517.

A. REQUERENTE

Em sede de Reclamação, o Requerente articula, de forma sucinta, as seguintes razões de fato e de direito:

- A Fuelbank Inc. opera na América do Norte e na Europa desde o seu estabelecimento em 1998. A empresa atua em venda online de combustível e eletricidade a preço fixo para agências governamentais e empresas. Também fornece sistemas de crachás de segurança para os Departamentos de Defesa e instituições financeiras dos EUA e do Canadá, os quais são patenteados e fabricados pela Ritter GmbH. A Requerente é representante da Ritter GmbH na América do Norte há 32 anos, e é responsável pela distribuição dos produtos Ritter;
- O principal programador de computador da Requerente está baseado na Irlanda (União Europeia) e gerencia nomes de domínio, website, infraestrutura de TI e centro de processamento de dados da Requerente;
- A Requerente tem proteção de marca nominativa canadense FUEL BANK (TMA872666). O proprietário da Requerente (Rodney Senior) é titular dos nomes de domínio <fuelbank.com>, <fuelbank.net>, <fuelbank.ca>, e <fuelbank.co.uk>;
- A Requerente registrou o Nome de Domínio em 2011 e relata que erros administrativos, perpetrados por parte da entidade registradora, resultaram na perda de sua titularidade do Nome de Domínio;
- O Nome de Domínio foi objeto do Procedimento ADR CAC n. 8446, o qual foi encerrado por pedido da Requerente em 5 de dezembro de 2022, sem julgamento de mérito, a fim de possibilitar a transferência para si do Nome de Domínio. A transferência resultou inexitosa por erro administrativo da entidade registradora; e
- A Requerente busca recuperar o Nome de Domínio como pedido principal nos termos do parágrafo B11(d)(1) das Regras PARL. Alternativamente, requer a Requerente a revogação do Nome de Domínio por período de 6 meses a fim de oportunizar que a Reclamante prepare ação judicial contra a entidade registradora.

B. APELADO

O Apelado apresentou Resposta à Reclamação, em 22 de março de 2023, em que afirma não ter interesse em vender o Nome de Domínio, tampouco vislumbra razões jurídicas para sua transferência a terceiros.

DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

1. Das Ocorrências no Procedimento PARL

Em 2 de maio de 2023, a Administradora do procedimento Alternativo de Resolução de Litígios Relativos a Nomes de Domínio .eu (o "procedimento PARL") comunicou às Partes a emissão da Ordem Processual n. 01 (a "OP1"), nos seguintes termos:

"De conformidade com o parágrafo A2 (k) das Regras PARL, comunicamos às Partes o conteúdo a seguir:

O Painel Administrativo nomeado para decidir a disputa relativa ao nome de domínio objeto do Procedimento n. 008494 (procedimento ADR), em curso no Centro PARL para resolução de litígios relativos a nomes de domínio .eu da Corte de Arbitragem da Câmara de Comércio da República Checa e Câmara Agrária da República Checa (Centro PARL), examinou os autos do procedimento ADR e decide emitir a presente ordem processual, nos seguintes termos:

CONSIDERANDO que as Regras PARL (parágrafos B7 e B8) fornecem aos painéis administrativos ampla latitude de poder para a condução de procedimentos ADR cujo objeto é um nome de domínio <.eu>, desde que observados os requisitos processuais aplicáveis;

CONSIDERANDO que a Reclamante busca interpor ação judicial contra a autoridade de registro do nome de domínio em disputa (entidade registradora);

CONSIDERANDO também que a determinação do mérito da disputa que ensejou o procedimento ADR extrapola a competência e limites decisórios demarcados nos Regulamentos (CE) n. 2019/517 do Parlamento Europeu e do Conselho, e Regulamento de Execução (UE) 2020/857 da Comissão (Regulamentos da União Europeia), e nas Regras PARL, sobretudo por discutir relação jurídica estabelecida entre a Reclamante e a entidade registradora, e eventuais consequências pecuniárias supervenientes;

CONSIDERANDO que a Reclamante busca remediar a disputa em face da entidade registradora perante o foro competente (esfera judicial) e, portanto, requer como pedido alternativo a revogação do nome de domínio em disputa por período de 6 meses a fim de oportunizar que a Reclamante prepare a sua ação judicial contra a entidade registradora; e

CONSIDERANDO os princípios de economia processual e equidade que devem nortear o encargo do Painel Administrativo (parágrafo B7 das Regras PARL);

o Painel Administrativo PROPÕE às Partes que considerem a possibilidade de suspensão do procedimento ADR por um período de 6 meses, mediante ordem processual deste Painel Administrativo. Assinale-se que durante o período de suspensão o nome de domínio em disputa permanecerá em status 'lock'.

Nestes termos, convidam-se as Partes a, no prazo de três (3) dias, manifestarem a sua posição quanto à proposta do Painel Administrativo e, no caso de objeção, a apresentar a respectiva fundamentação, no mesmo prazo.

O Painel Administrativo solicita à Administradora deste Procedimento no Centro PARL que comunique às Partes e seus respectivos Procuradores o inteiro teor da presente Ordem Processual n. 01."

Em 3 de maio de 2023, o Apelado respondeu à OP1, manifestando interesse em solucionar o procedimento PARL de forma célere e simplificada.

Em 4 de maio de 2023, a Administradora do procedimento PARL comunicou às Partes a emissão da Ordem Processual n. 02 (a "OP2"), em que o Painel Administrativo notou o interesse do Apelado em solucionar o procedimento PARL de forma amigável, e convidou a Requerente a manifestar sua posição em resposta à comunicação do Apelado.

Em 8 de maio de 2023, a Requerente apresentou manifestação, em que reedita os argumentos articulados em sede de Reclamação, notadamente o pedido de transferência para si ou revogação do Nome de Domínio por período de 6 meses.

Em 10 de maio de 2023, a Administradora do procedimento PARL comunicou às Partes a emissão da Ordem Processual n. 03 (a "OP3"), nos seguintes termos:

"De conformidade com o parágrafo A2 (k) das Regras PARL, comunicamos às Partes o conteúdo a seguir:

O Painel Administrativo acusa o recebimento da comunicação da Requerente, de 8 de maio de 2023, em resposta às ordens processuais nos. 1 e 2.

O Painel Administrativo examinou as comunicações de ambas as Partes e decide emitir a presente ordem processual, nos seguintes termos:

CONSIDERANDO que as Regras PARL (parágrafos B7 e B8) fornecem aos painéis administrativos ampla latitude de poder para a condução de procedimentos ADR cujo objeto é um nome de domínio <.eu>, desde que observados os requisitos processuais aplicáveis;

CONSIDERANDO que a apreciação do pedido alternativo da Requerente de revogação do nome de domínio em disputa por período de 6 meses requereria uma decisão de mérito deste Painel Administrativo e, portanto, o exame dos requisitos de admissibilidade para a transferência de titularidade;

CONSIDERANDO, por outro lado, que a Requerente busca interpor ação judicial contra a entidade registradora para obter a titularidade sobre o nome de domínio em disputa; e

CONSIDERANDO os princípios de economia processual e equidade que devem nortear o encargo do Painel Administrativo (parágrafo B7 das Regras PARL);

o Painel Administrativo PROPÕE emitir ordem processual determinando a suspensão do procedimento ADR por um período de 6 meses, durante o qual o nome de domínio em disputa permanecerá em status 'lock', a fim de viabilizar a resolução da disputa entre a Requerente e a entidade registradora. Após a expiração do período de suspensão, se assim for necessário e de interesse das Partes, o Painel Administrativo procederá à decisão de mérito.

Nestes termos, o Painel Administrativo oportuniza às Partes a, querendo, apresentar alegações finais, no prazo de dois (2) dias. Assinale-se, por oportuno, que as alegações devem ser submetidas em português por ser o idioma deste Procedimento ADR.

O Painel Administrativo solicita à Administradora deste Procedimento no Centro PARL que comunique às Partes e seus respectivos Procuradores o inteiro teor da presente Ordem Processual n.º 03."

Em 12 de maio de 2023, a Requerente apresentou suas alegações finais. Não houve manifestação do Apelado.

Em 18 de maio de 2023, a Administradora do procedimento PARL comunicou às Partes a emissão da Ordem Processual n. 04 (a "OP4"), em que o Painel Administrativo determinou a suspensão do procedimento PARL por um período de trinta (30) dias, nos termos a seguir:

"De conformidade com o parágrafo A2 (k) das Regras PARL, comunicamos às Partes o conteúdo a seguir:

O Painel Administrativo acusa recebimento da alegação final da Requerente em resposta à PO3, e toma nota de seu conteúdo.

O Painel Administrativo examinou o teor da manifestação escrita da Requerente, sopesando-a com as manifestações anteriores do Apelado, e a documentação aportada aos autos deste Procedimento ADR.

Em sua manifestação, a Requerente reedita os argumentos articulados em manifestações anteriores, no sentido de que observou as orientações da entidade registradora Domainers Registrar AG (entidade registradora) de como proceder para obter para si a transferência do nome de domínio em disputa, sem contudo lograr êxito. No entanto, não resulta claro a este Painel Administrativo os motivos que impossibilitaram a entidade registradora de reverter o status do nome de domínio em disputa e, portanto, remediar a situação em favor da Requerente, em momento posterior. Esclareça-se que o Painel Administrativo não detém competência para emitir ordem de execução de obrigação de fazer à entidade registradora.

Por seu turno, observa-se que o Apelado busca resolver a disputa de forma célere e simplificada.

Nota-se, ademais, que os artigos n. 3 e n. 4.4 do Regulamento (UE) n. 2019/517 estabelecem os critérios de elegibilidade para se postular a titularidade de registro de um de um nome de domínio <.eu>.

*Em vista do exposto, o Painel determina a **SUSPENSÃO** do presente Procedimento ADR por um período de **trinta (30) dias**, a fim de oportunizar à Requerente que (i) busque informações objetivas junto à entidade registradora de como proceder para solucionar a questão relativa à transferência do nome de domínio em disputa, a qual já estava em curso, e eventuais outras formalidades que devam ser observadas pela Requerente; e (ii) apresente prova de que reúne qualificação para postular a titularidade de registro de um nome de domínio <.eu>, nos termos dos artigos n. 3 e n. 4.4 do Regulamento (UE) n. 2019/517.*

O Painel Administrativo esclarece que a suspensão poderá ser revogada mediante manifestação de qualquer das Partes.

O Painel Administrativo retém competência para, ao final do período de trinta (30) dias, ou antes se a suspensão for revogada, e se não houver resolução fora dos autos, emitir decisão de mérito no âmbito deste Procedimento ADR.

Por fim, o Painel Administrativo se solidariza com a perda do ente da Requerente e transmite os sentimentos à Requerente e seus familiares.

O Painel Administrativo solicita à Administradora deste Procedimento no Centro PARL que comunique às Partes e seus respectivos Procuradores o inteiro teor da presente Ordem Processual n. 04.”

No dia 13 de junho de 2023, a Requerente apresentou resposta à OP4, em que novamente reedita a sua narrativa de fatos e pedidos articulados em sede de Reclamação e manifestações subsequentes.

Na mesma data, o Apelado apresentou comunicação manifestando a sua intenção de abdicar do Nome de Domínio em favor da Requerente, nos seguintes termos: “[...] mais uma vez, expresse [o Apelado] o meu desejo que o Sr Rodney [proprietário da Requerente] possa recuperar o seu domínio [<fuelbank.eu>]. Eu abdicó dele apesar de ter gasto dinheiro no seu registo...”. (o “Acordo”).

Sucedeu-se troca de correspondências entre a Requerente e o Apelado a respeito da intenção de Acordo do Apelado.

Em 16 de junho de 2023, a Administradora do Procedimento PARL comunicou às Partes a emissão da Ordem Processual n. 05 (a “OP5”), em que o Painel Administrativo propôs emitir decisão com base no consentimento do Apelado de transferência do Nome de Domínio, de sorte a não proferir julgamento substantivo relativamente aos requisitos do Regulamento (UE) n.º 2019/517 e parágrafo B11(d)(1) das Regras PARL. As Partes foram intimadas a, no prazo de três (3) dias, manifestar a sua posição quanto à dispensa de fundamentação substantiva da decisão do Painel Administrativo e, no caso de objeção, a apresentar razões, no mesmo prazo.

Na mesma data, as Partes anuíram à proposta do Painel Administrativo incorporada na OP5.

2. Dos Termos do Acordo

Em 13 e 16 de junho de 2023, em resposta à OP4, o Apelado explicitou sua anuência em transferir o Nome de Domínio à Requerente, de forma amigável.

Em 16 de junho de 2023, a Requerente reiterou sua intenção de que o procedimento PARL fosse encerrado com base no consentimento do Apelado em transferir o Nome de Domínio à Requerente.

DECISÃO

Pelo relatório acima exposto, e de acordo com o parágrafo B12(b) das Regras PARL, o Painel Administrativo decide pela homologação do Acordo, determinando que o Nome de Domínio <fuelbank.eu> seja transferido à Requerente.

PANELISTS

Name	Gustavo Moser
------	---------------

DATA DA DECISÃO DO PAINEL 2023-06-18

Summary

O RESUMO DA PRESENTE DECISÃO, EM INGLÊS, ESTÁ CONTIDO NO ANEXO 1

I. Disputed domain name: fuelbank.eu

II. Country of the Complainant: USA, country of the Respondent: Portugal

III. Date of registration of the domain name: 29 January 2022

IV. Rights relied on by the Complainant (B(11)(f) ADR Rules) on which the Panel based its decision: N/A

V. Response submitted: Yes

VI. Domain name is [identical/confusingly similar/neither identical nor confusingly similar] to the protected right/s of the Complainant: N/A

VII. Rights or legitimate interests of the Respondent (B(11)(f) ADR Rules): N/A

VIII. Bad faith of the Respondent (B(11)(e) ADR Rules): N/A

IX. Other substantial facts the Panel considers relevant: Parties has reached a settlement, according to which the Respondent has relinquished the disputed domain name in favour of the Complainant

X. Dispute Result: transfer of the disputed domain name

XI. Procedural factors the Panel considers relevant: Respondent's explicit consent to transfer the disputed domain name to the Complainant

XII. Is Complainant eligible? Yes. At the request of the Panel, the Complainant has provided a corporate address in Europe, and presented a copy of an email exchange with a representative of EURid, who has confirmed that the Complainant's address would satisfy the eligibility requirement of the Regulation (EU) No. 2019/517.

Therefore, the Panel considers that the Complainant is qualified to apply for the registration of a <.eu> domain name, pursuant to art. 3 of the Regulation (EU) No. 2019 /517.
